

**PROJETO DE LEI Nº 1792 /2019**

PROTÓCOLO Nº 3731  
DATA ENTR 15/04/2019  
HORÁRIO 14:42hs

RESPONSÁVEL

*Dispõe a redução dos subsídios dos, Secretários, Diretores, Vice-Prefeito e Prefeito em Visconde Do Rio Branco-MG.*

O povo do Município de Visconde do Rio Branco-MG, por seus representantes, os vereadores, aprovaram e o Prefeito Municipal, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** O subsídio mensal dos "Secretários, Diretores, Vice-Prefeito e Prefeito será reduzido em 50% (cinquenta por cento) do valor atual em Visconde Do Rio Branco-MG", a partir do mês de maio do ano corrente até o término da atual legislatura.

§1º Os cargos supracitados no caput desse artigo *terão a redução de 50% (cinquenta por cento)* de acordo com o salário base de cada cargo.

§2º Os subsídios supracitados no caput desse artigo serão reajustados de acordo com o percentual anual do salário mínimo.

**Art. 2º** Para efeito desse Projeto de Lei o Regimento Interno Casa Legislativa e a Lei Orgânica Municipal deverão ser alteradas em compatibilidade com essa Lei, em tempo hábil.

**Art. 3º** O recurso supracitado no caput do art. 01 que será gerado mediante o desconto de 50% nos subsídios dos cargos supramencionados, será destinado as entidades filantrópicas tais como o Nacional Clube, ORAMI, Associação Beneficente Hospital São João Batista, APAE, Asilo (Lar de Idosos São João Batista) e ARCA.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor no prazo de 60 dias após sua publicação.

**Art. 5º** São revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões Presidente Tancredo de Almeida Neves, 15 de abril de 2019.

  
VEREADOR

Vereador

Marinho José de Almeida Neto-PSB  
(Marinho do Hospital)



## **JUSTIFICATIVA**

Nobre Edis,

Este projeto é de suma importância para a nossa população de Visconde Do Rio Branco-MG, pois o presente projeto de Lei, que ora é apresentado nessa Casa Legislativa, visa a redução em 50% (cinquenta por cento) do subsídio dos Secretários, Diretores, Vice-Prefeito e Prefeito, ainda para vigente legislatura.

O objetivo de tal medida é repetir e/ou moralizar a função de ocupantes de cargos citados, não recaindo os representantes na **“busca de dinheiro fácil”**. E sim, que os cargos sejam ocupados por cidadãos que desejam realmente contribuir com a melhoria e mudança para melhor de nossa cidade, Assim agindo, a face política do agente público ocupante dos cargos citados, torna-se transparente, coesa e condizente com a postura apregoada pela cidadania plena, pela honorabilidade, pela ética, pelo respeito ao interesse público e ao desenvolvimento local.

Serve de inspiração, o exemplo não só de países de Primeiro Mundo como da América do Sul, que nem se quer recebem subsídio; e, ainda de vários municípios brasileiros que já sentiram que necessário se faz trabalhar em prol de um município e seus cidadãos como forma de garantir o desenvolvimento e as condições dignas de vida, reduzindo e até mesmo abdicando de seus salários.

O princípio da economicidade nos leva a acreditar que não há motivo algum para que os esses cargos eletivos supracitados no corpo desta proposição e os demais cargos de confiança recebam uma remuneração altíssima e absurdamente desproporcional em um município onde considerável parte da população vive com tão pouco.

O presente Projeto de Lei trará uma grande economia anual aos cofres do município, no prazo de ano um ano teremos economizado o valor aproximadamente de **R\$ 1.380.650,00**. Com esta quantia, o executivo poderá destinar os recursos adquiridos através destes projetos as instituições

  
João José de Almeida Neto  
VEREADOR





# CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

supracitadas no corpo deste projeto que precisam de recursos financeira para as suas subsistências.

Temos convicção que este Projeto representa o desejo de nossos municípios que diante de um momento de *crise econômica* e tanta insatisfação pessoal pelo qual passa o país e dentro dele.

Todo poder está submetido ao ordenamento jurídico vigente, que é composto de princípios e regras que orientam as relações jurídicas entre a administração e o cidadão. Os princípios são expressões normativas a partir dos valores (fundamentos constitucionais) ou fins (diretrizes constitucionais) constitucionais, que garantem a coerência, a unicidade e a concreção de todo ordenamento jurídico. São normas constitucionais hierarquicamente superiores às regras constitucionais. Portanto, violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer.

Submetemos, pois, o presente Projeto aos nobres Edis, para que apreciem a matéria nele contida, e, confiamos no acolhimento a ele. Assim, estaremos *ouvindo o clamor das ruas, tornando digno e legítimo o nosso dever de cidadania em prol de um município* cada vez mais direcionado para o progresso e desenvolvimento.

A seguir, para apreciação de todos, mostraremos o salário base dos, Secretários, Vice-Prefeito e Prefeito das subcitadas localidades.

Mário José de Almeida Neto  
VEREADOR